



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019

Relatos dos Grupos de Trabalho
Brasília, 14 a 16 de abril de 2015

Sumário

1. Introdução	2
2. Programação e Metodologia	2
3. Propostas de Diretrizes para o PPA 2016 - 2019	2
4. Grupos por Regiões	3
4.1. Região Norte	4
4.2. Região Nordeste	8
4.3. Região Sul.....	10
4.4. Região Sudeste 1	11
4.5. Região Sudeste 2.....	13
4.6. Região Centro-Oeste.....	15
5. Grupos Temáticos	17
Grupo 1 - Educação/Cultura/Esporte.....	17
Grupo 2 - Saúde.....	18
Grupo 3 - Desenvolvimento Rural	19
Grupo 4 - Assistência Social e Alimentação/Desenvolvimento Regional/Recursos Naturais/Recursos Hídricos.....	20
Grupo 5 - Direitos Humanos e Cidadania/Segurança Pública	22
Grupo 6 - Cidades Sustentáveis/Desenvolvimento Regional/Recursos Naturais/ Recursos Hídricos	24
Grupo 7 - Inclusão Digital e Acesso à Informação/Gestão Pública/Defesa Nacional	27
Grupo 8 - Desenvolvimento Produtivo/Comércio Exterior/Micro e Pequenas Empresas/ Transporte/Energia.....	28



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

1. Introdução

O Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016-2019 foi realizado entre os dias 14 e 16 de abril de 2015, em Brasília. Previsto na Constituição Federal, o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pela administração pública federal, estadual e municipal durante quatro anos para as despesas de capital dos programas de duração continuada. É um instrumento de planejamento que organiza a ação de governo e estabelece estratégias para o destino orçamentário da administração pública.

O evento marcou o início do processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019 e contou com a participação da sociedade civil organizada. O calendário do processo de construção do PPA prevê oficinas temáticas com os ministérios, reuniões entre os conselhos setoriais e os ministérios, e encontros nas cinco regiões do país, com representantes da sociedade. A plenária final com os movimentos sociais para o fechamento do processo será no mês de julho, em Brasília, antes da proposta seguir para ser apreciada pelo Congresso Nacional, em agosto.

Foram cerca de 400 participantes prioritariamente da sociedade civil organizada, de Conselhos Nacionais e Comissões de políticas públicas, de centrais sindicais, confederações empresariais, movimentos sociais e de organizações não governamentais debatendo as dimensões regionais e temáticas do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

2. Programação e Metodologia

Após a mesa de abertura, em que se apresentou a proposta da atividade, o processo de construção do PPA 2016-2019 e a importância da participação social na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para início dos debates.

Para realizar os trabalhos em grupo, momento privilegiado de participação e produção coletiva de propostas para o PPA 2016-2019, foram organizados, pela manhã do dia 15 de abril, grupos por regiões do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste) e, pela tarde desse mesmo dia, ocorreram os grupos temáticos.

Em ambas as divisões, por regiões e por temas, os grupos foram orientados a levantar os desafios, para posteriormente elaborar ações relacionadas à estes desafios. Também foi proposto que os grupos alterassem ou criassem novas diretrizes a partir da proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento, que é apresentada na sequência.

3. Propostas de Diretrizes para o PPA 2016 - 2019

1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população;
2. Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade do atendimento;
3. Fortalecer a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz;
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável;



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências;
6. Promover o acesso a cultura e fomentar a produção cultural brasileira, valorizando a diversidade e fomentando a indústria criativa;
7. Promover a prática esportiva, com foco na formação de atletas e melhoria da qualidade de vida;
8. Promover o desenvolvimento rural sustentável;
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis;
10. Promover o desenvolvimento produtivo e a inovação tecnológica, para ampliar a produtividade e a competitividade da economia
11. Ampliar a participação do Brasil no comércio exterior, agregando valor e diversificando a pauta e o destino das exportações;
12. Fortalecer as micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais;
13. Estimular e promover investimentos para garantir segurança hídrica e aprimorar a gestão da água;
14. Reduzir as desigualdades regionais e intrarregionais, respeitando as identidades e a diversidade cultural;
15. Investir na ampliação da oferta de energia e na produção de combustíveis;
16. Fortalecer a defesa nacional, garantindo a integridade territorial, e a defesa dos direitos humanos, da paz e da cooperação entre as nações;
17. Promover a conservação, e o uso sustentável dos recursos naturais e aumentar a capacidade de prevenção e resposta a desastres e às mudanças climáticas;
18. Apoiar a geração de emprego e renda, o fortalecimento do sistema público de emprego e renda e aprimorar a gestão do sistema previdenciário
19. Promover uma gestão pública democrática, transparente, com foco no atendimento de qualidade ao cidadão;
20. Investir na melhoria da logística de transportes, para aumento da competitividade e melhoria da qualidade de vida em todo o território;
21. Promover a inclusão digital e o acesso à informação.

4. Grupos por Regiões

Foram organizados 6 Grupos de Trabalho por regiões, sendo 1 da região Centro-Oeste, 1 da região Sul, 1 da região Nordeste, 1 da região Norte e 2 da região Sudeste (devido à grande quantidade de participantes). A seguir registra-se o resultado dos trabalhos de cada um dos grupos com os desafios debatidos, as ações relacionadas (alguns grupos não propuseram ações por falta de tempo), e as alterações nas propostas de diretrizes.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

4.1. Região Norte

Desafios com as respectivas diretrizes relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas
Garantir as especificidades da região Norte na formulação, planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas permitindo assegurar os Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Territoriais, Ambientais, Geracionais, Políticos e Cívicos e ao conhecimento levando em consideração as necessidades específicas das populações locais e povos e comunidades tradicionais.	Todas as diretrizes
Desenvolver políticas de superação das desigualdades sociais, econômicas, raciais, étnicas, geracional, de gênero e da orientação sexual e identidade de gênero e de deficiência.	5 e 14
Garantir os direitos sociais na Região Norte, fortalecendo a presença do Estado, assegurando a Educação pública de qualidade social, saúde, segurança, habitação, soberania e segurança alimentar e nutricional e trabalho decente e assegurar o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associativo, na cooperação e na autogestão.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 14, 16 e 18
Garantir o direito à terra, à água, ao território, à promoção da agricultura familiar e da agroecologia e ao desenvolvimento rural sustentável, assegurando a soberania e segurança alimentar e nutricional e a produção agroextrativista, aquícola e pesqueira socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável.	4, 8, 10, 13 e 17
Garantir a produção e popularização de conhecimento científico e tecnológico e saberes locais da geo e sócio e biodiversidade, assegurando a conservação e o aproveitamento sustentável, considerando a extensão do patrimônio socioambiental da região Norte.	17
Garantir infraestrutura econômica com investimento: na tecnologia e inovação baseadas nas condições regionais; no acesso e visibilidade às questões de transporte irrestrito rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário; no acesso às comunicações; no saneamento; no aprimoramento e revisão dos modelos energéticos e no trabalho decente.	15, 17, 18, 20 e 21

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.	Promover a qualidade social e ampliar o acesso à educação pública enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população, implementando o PNE.
2. Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade do atendimento.	Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na universalidade, equidade e integralidade do atendimento.



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

<p>3. Fortalecer a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.</p>	<p><u>Fortalecer a presença do Estado nas áreas nacionais</u>, fortalecer a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e, promoção de uma cultura de paz <u>e garantia de segurança e saúde dos trabalhadores.</u></p>
<p>5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.</p>	<p>Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, <u>quilombolas</u> e povos e comunidades tradicionais e o enfrentamento às violências.</p>
<p>8. Promover o desenvolvimento rural sustentável.</p>	<p>Promover o desenvolvimento rural sustentável <u>sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, do direito da terra e território e da produção em base agroecológica e da produção da agricultura familiar.</u></p>
<p>14. Reduzir as desigualdades regionais e intrarregionais, respeitando as identidades e a diversidade cultural;</p>	<p>Reduzir as desigualdades regionais e intrarregionais respeitando as identidades e a diversidade cultural, <u>os direitos territoriais e enfrentando a lacuna e ausência do Estado em regiões desfavorecidas.</u></p>
<p>15. Investir na ampliação da oferta de energia e na produção de combustíveis.</p>	<p>Investir na ampliação da oferta e na diversificação da matriz energética de energia e na produção de combustíveis. <u>Investir em novo modelo de política energética que possibilite a minimização dos impactos sociais e ambientais na Região Norte.</u></p>
<p>17. Promover a conservação, e o uso sustentável dos recursos naturais e aumentar a capacidade de prevenção e resposta a desastres e às mudanças climáticas.</p>	<p>Promover a conservação, e o uso sustentável dos recursos naturais <u>e a produção e popularização de conhecimento científico e tecnológico e saberes locais da geo, sócio e biodiversidade</u> e aumentar a capacidade de prevenção e resposta a desastres e às mudanças climáticas.</p>
<p>18. Apoiar a geração de emprego e renda, o fortalecimento do sistema público de emprego e renda e aprimorar a gestão do sistema previdenciário.</p>	<p><u>Promover o trabalho decente e assegurar o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associativo, na cooperação e na autogestão</u> e Apoiar a geração de emprego e renda, o fortalecimento do sistema público de emprego e renda e aprimorar a gestão do sistema previdenciário.</p>
<p>20. Investir na melhoria da logística de transportes, para aumento da competitividade e melhoria da qualidade de vida em todo o território.</p>	<p>Investir na melhoria da logística de transportes, <u>infra-estrutura</u> para aumento da competitividade e melhoria da qualidade de vida em todo o território.</p>

Novas diretrizes propostas

- Garantir infraestrutura econômica com investimento: na tecnologia e inovação baseadas nas condições regionais; no acesso e visibilidade às questões de transporte irrestrito rodoviário,



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

aquaviário, portuário e aeroviário; acesso às comunicações; no saneamento; no aprimoramento e revisão dos modelos energéticos e no trabalho decente.

- Considerar a Amazônia como uma questão nacional e receber atenção específica no PPA, garantindo que os investimentos no desenvolvimento regional correspondam à contribuição que a Região Norte oferece ao país.
- Fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável e solidário promovendo processos integradores dos espaços geográficos, dos atores sociais e das políticas públicas nas realidades rurais e urbanas.

4.2. Região Nordeste

Desafios com as respectivas diretrizes relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas	Propostas de ações
1. Garantia da segurança pública para o enfrentamento à violência contra negros, jovens e mulheres, idosos e população LGBT, povos indígenas.	3, 1, 5, 16	- Reestruturação do Plano Juventude Viva com orçamento próprio - Plano Nacional de Redução de Homicídios - Fortalecimento do Plano de Políticas para as mulheres (eixo 5 e 9).
2. Convivência com o semiárido e acesso à água.	8, 9, 10, 13, 14, 17, 4	- Programa de preservação das nascentes - Ampliação da instalação das cisternas, barragens, etc. - Programa de aproveitamento das águas. - Agroecologia e integração das bacias hidrográficas. - Elaboração e implementação da política nacional de convivência com o semiárido. - Plano regional para as águas.
3. Garantia da equidade de direitos e respeito a diversidade humana.	5, 6, 14	- Efetivar o Plano nacional de direitos humanos e educação e o eixo II do PNE. - Garantir a efetivação do Estatuto da Igualdade Racial. - Efetivação do Plano Nacional de Promoção de direitos LGBT.
4. Reforma agrária e acesso à terra e territórios aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, com a garantia de ATER.	8, 2, 14, 5, 17± 2 novas diretrizes	- Criar e implementar Política nacional de Acesso à terra e territórios dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais. - Ampliar a oferta de ATER.
5. Acesso à educação contextualizada e de qualidade/ com qualificação profissional.	1, 3, 6	- Implementação do Plano Nacional de Educação (PNE). - Reforma com flexibilização do currículo com diálogo social. - Projeto Nacional de Paz nas escolas.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

		- Garantir através do MEC a flexibilização no currículo, considerando as diversidades regionais, fortalecendo a educação contextualizada, a formação e a qualificação profissional para geração de emprego e renda, e garantindo a participação social na operacionalização do PNE. - Qualificação profissional. - Mulher.
6. Geração de trabalho, emprego e renda.	18, 12, 10	- Implementação do Plano Nacional de Economia Solidária e da política de promoção do trabalho decente.
7. Saúde e Soberania e segurança alimentar e nutricional.	2, 4 + 1 nova diretriz	- Fortalecimento das diretrizes estabelecidas na política e no plano nacional de segurança alimentar e nutricional. - Implementação de planos de cargos e salários para os trabalhadores de educação e saúde. - Implementação integral do SUS e suas políticas.

Observações:

- 1- O grupo considerou que já existem programas/ações importantes, mas que não estão funcionando bem, e que o PPA deve dar resposta – o desafio é a própria implementação/execução do que já existe, por exemplo:
 - a) Juventude Viva - Especialmente quanto à violência contra jovens e negros e contra as mulheres - feminicídio.
 - b) no debate sobre a inclusão da mitigação e adaptação às mudanças climáticas e/ou convivência com o semiárido, houve também a preocupação quanto à execução e implementação de programas e políticas como a PNAPO, o Plano Nacional de Convivência com o Semiárido, lei de ATER, etc.
- 2- Distribuir, de forma equânime, os recursos orçamentários e financeiros para os estados do Nordeste.
- 3- Incorporação dos direitos sociais como princípios do PPA, ao invés de diretriz estratégica.

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Incluir pessoa com deficiência e povos indígenas e PCTs: Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, os direitos da pessoa com deficiência , o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e o enfrentamento às violências.

Novas diretrizes propostas

- Garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional, assegurando o direito à terra e ao território, a promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável e solidário.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

- Fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável e solidário promovendo processos integradores dos espaços geográficos, dos atores sociais e das políticas nas realidades rurais e urbanas.

4.3. Região Sul

Desafios com as respectivas diretrizes relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas	Propostas de ações
1. Ampliar ações de inclusão social e econômica para as populações negra, indígenas, povos e comunidades tradicionais, populações de rua, catadores (as) de materiais recicláveis, considerando as especificidades de geração e gênero (crianças, jovens, mulheres e idosos (aposentados e pensionistas)); de orientação sexual e identidade de gênero.	4, 5, 10, 14, 18	- Programa temático de inclusão produtiva de catadores de material reciclável. - Intensificar a logística reversa e desoneração fiscal para os segmentos da reciclagem. - Investimento de formação às organizações institucionais da população negra, indígena, povos e comunidades tradicionais, população de rua, catadores de materiais recicláveis.
2. Educação inclusiva, de caráter popular e em tempo integral, que promova e valorize a cidadania, os direitos humanos e a diversidade cultural.	1	- Fortalecimento da SECADI com o aprimoramento das suas condições institucionais e de seu lugar de poder no Ministério da Educação, para alavancar Estados e Municípios. - Inclusão da Educação Popular como parte integrante das Políticas de Educação. - Ampliar a educação integral em tempo integral em todo o território nacional.
3. Combate ao racismo com erradicação da criminalização da juventude negra.	1, 2, 3, 5, 7, 14	- Fortalecimento do órgão que trata da Igualdade Racial reforçando efetivamente a intersectorialidade.
4. Desenvolvimento rural com estímulo à produção da agricultura familiar, de assentados e de povos e comunidades tradicionais, com vistas à soberania e segurança alimentar e ênfase na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.	4, 8, 9, 10, 12, 18	- Fortalecer a produção orgânica e agroecológica. - Apoio a diversificação, estruturação e desburocratização da legislação para a agricultura e agroindústria familiar. - Incentivar o cooperativismo e associativismo (aprovação Lei Nacional). - Valorização de atividades econômicas emergentes.
5. Incentivo às energias renováveis (energia limpa) e resíduos sólidos (logística reversa e desoneração - PNRS).	15, 17, 8, 9	- Ampliar o número de organismos de Política para as mulheres nas 3 esferas de governo. - Fortalecer e ampliar a criação de Conselhos dos Direitos da Mulher nos municípios e estados.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

		- Ampliar a implantação das Casas da Mulher Brasileira.
6. Ampliação dos organismos de gênero promovendo a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, fortalecendo e ampliando a criação de Conselhos dos Direitos da Mulher nos municípios e estados, respeitando as suas diversidades e especificidades.	1, 4, 5, 6, 8, 19	- Programa temático de inclusão produtiva de catadores de material reciclável. - Intensificar a logística reversa e desoneração fiscal para os segmentos da reciclagem. - Investimento de formação às organizações institucionais da população negra, indígena, povos e comunidades tradicionais, população de rua, catadores de materiais recicláveis.

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.	Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e a soberania e segurança alimentar e nutricional.
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis.	Promover e apoiar políticas para as cidades sustentáveis e a gestão adequada dos resíduos sólidos.
12. Fortalecer as micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.	Fortalecer as cooperativas, micro empresas e dos microempreendedores individuais.
15. Investir na ampliação da oferta de energia e na produção de combustíveis.	Investir na ampliação da oferta de energia limpa e na produção de combustíveis sustentáveis.

4.4. Região Sudeste 1

Desafios com as respectivas diretrizes relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas
1. Reforma urbana (mobilidade, ocupação dos equipamentos e transportes, moradia - desenvolvimento local).	9, 17, 19, 20, 12, 21
2. Segurança pública (redefinir o papel da polícia e a política de drogas). Fortalecer o território sustentável e solidário em processos integradores em espaços geográficos por atores sociais e das políticas públicas nas realidades rurais e urbanas, com ênfase no enfrentamento ao genocídio juvenil, mortalidade materna e laicidade do Estado. Segurança pública integrada e preventiva.	3, 16, 5
3. Educação: cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação e das diretrizes da CONAE 2014. + Educação de qualidade e socialmente referenciada/ contemplar segmentos específicos.	1
4. Promover Trabalho e emprego decente (OIT) e assegurar direito a formas de organização econômica, baseadas no associativismo, no cooperativismo e na autogestão, garantindo os direitos geracionais, de gênero, raça/etnia.	18, 22



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

5. Garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, assegurando direito de acesso à terra e território, a promoção de agroecologia do desenvolvimento sustentável e solidário dos povos e comunidades tradicionais, no campo e na cidade.	4
6. Fortalecimento do SUS.	2, 5

Alterações em diretrizes

Subgrupo 1

Diretrizes	Alteração proposta
3. Fortalecer a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.	Reformular a segurança pública com redefinição do papel das polícias, debate sobre as políticas de drogas, integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.	Garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, assegurando direito de acesso à terra e território, a promoção da agroecologia, do desenvolvimento sustentável e solidário dos povos e comunidades tradicionais, no campo e na cidade.
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis.	Promover e apoiar políticas para a reforma urbana das cidades que contemplem a garantia de moradia digna, melhoria da mobilidade urbana, o uso de equipamentos públicos e o desenvolvimento local e sustentável.

Subgrupo 2

Diretrizes	Alteração proposta
1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.	Acrescentar educação formal e informal.
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.	Trocar pelo texto seguinte: “Fortalecer o território sustentável e solidário em processos integradores em espaços geográficos por atores sociais e das políticas públicas nas realidades rurais e urbanas, com ênfase no enfrentamento ao genocídio juvenil, mortalidade materna e laicidade do Estado”.
	Acrescentar antes de “assegurar...” o seguinte texto: “garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, assegurando direito de acesso à terra e território, a proposta de agroecologia do desenvolvimento sustentável e solidário de povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade”.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Acrescentar: povos indígenas, tradicionais, de matriz africana, ciganos e comunidades tradicionais.
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis.	Acrescentar: “Promover Trabalho e emprego decente (OIT) e assegurar direito a formas de organização econômica, baseadas no associativismo, no cooperativismo e na autogestão, garantindo os direitos geracionais, de gênero, raça/etnia.

Observações:

O grupo entende que o enunciado das diretrizes está pobre e tendencioso, necessita ser reformulado.

Subgrupo 3

Diretrizes	Alteração proposta
4. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Acrescentar: “idosos e pessoas com deficiência”.
7. Promover a prática esportiva, com foco na formação de atletas e melhoria da qualidade de vida.	Aproveitar os equipamentos para as olimpíadas e para olimpíadas como legado para realizar eventos turísticos e esportivos.

Novas diretrizes propostas

- Ampliar e promover políticas de desenvolvimento econômico e financeiro, atração de investimentos e expansão de indústria, comércio e turismo, com responsabilidade social e sustentabilidade.

4.5. Região Sudeste 2

Desafios com as respectivas diretrizes relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas
1. Diminuição de todas as formas de violência.	3, 1, 16, 7, 4, 18, 2, 5, 6, 16, 19
2. Universalização das infraestruturas municipais, com inclusão, mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade.	1, 2, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 8, 9, 12, 3
3. Educação pública de qualidade em todos os níveis para todos, a partir da universalização do acesso a “creche”.	1, 21, 5, 7, 18, 06, 3, 14, 10, 21
4. Enfrentar as desigualdades de gênero, etnia, geração, raça, diversidade sexual e pessoas com deficiência.	5, 6, 3, 14, 5, 18, 07, 1, 9, 19, 21, 20.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

5. <u>Desenvolvimento econômico</u> : Agregação de valor à <u>produção</u> (pauta de exportação/economia solidária/baixa diversidade da pauta de diversificação/fortalecimento do mercado interno).	1, 10, 11, 12, 8, 14, 18, 15, 13, 17, 21, 20
6. Garantir segurança hídrica, o acesso a habitação, a terra e soberania alimentar.	1, 13, 8, 9, 5, 10, 4, 21, 20, 12, 19, 17
7. Fortalecimento do SUS (público e universal) com ênfase na melhoria do atendimento, acesso e infraestrutura.	2, 4, 5, 10, 7, 14, 9, 14, 19, 15, 20, 17

Alterações em diretrizes

Encaminhamento de diretrizes enviadas por quatro conselhos (CONSEA, CONDRAF, CNAPO E CNED) que articularam um documento comum que, em síntese, propõem:

Diretrizes	Alteração proposta
5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais e <u>das pessoas com deficiência</u> , o respeito à orientação sexual e identidade de gênero, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.
8. Promover o desenvolvimento rural sustentável.	Promover o desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e reforma agrária. (altera a diretriz 8).
12. Fortalecer as micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.	Desenvolver as micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais e empreendimentos de economia solidária, elevando as suas respectivas participações na economia. (altera a diretriz 12).
18. Apoiar a geração de emprego e renda, o fortalecimento do sistema público de emprego e renda e aprimorar a gestão do sistema previdenciário.	Modificar a diretriz sobre o trabalho e emprego para incluir “promover o trabalho decente e assegurar o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associativo, na cooperação e na autogestão”.
* Incluir entre, onde couber, as diretrizes existentes: direito de povos e comunidades tradicionais.	

Novas diretrizes

- Garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, assegurando o direito à terra e o território, a promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável e solidário.
- Fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, promovendo processos integradores dos espaços geográficos, dos atores sociais e das políticas públicas nas realidades rurais e urbanas.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

4.6. Região Centro-Oeste

Desafios com as respectivas diretrizes e ações relacionadas

Desafios	Diretrizes relacionadas	Propostas de ações
1. Desenvolvimento urbano: infraestrutura, segurança pública e defesa civil, segurança alimentar, moradia, saúde, tecnologia da informação e acessibilidade.	3, 4, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reforma urbana com base nas diretrizes apontadas, tendo como prioridades: segurança pública; políticas para cidades sustentáveis; acesso à cultura; promoção da prática esportiva; investimento no transporte público; desenvolvimento produtivo e inovação tecnológica; inclusão digital; acesso à assistência social e à alimentação adequada; fortalecimento de micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais; segurança hídrica; conservação e uso sustentável dos recursos naturais; geração de emprego e renda. - Promover uma gestão pública democrática, com efetiva participação social, enfatizando o desenvolvimento produtivo, com diversificação da matriz econômica, acrescido de um sistema de inovação tecnológica e social.
2. Desenvolvimento rural: segurança pública, acesso à terra, segurança alimentar, moradia, saúde, ordenamento territorial e regularização fundiária.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar e fortalecer as políticas públicas específicas para a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais. - Intensificar a reforma agrária integral, a regularização fundiária e a demarcação de terras.
3. Combate à violação aos direitos humanos.	5	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar recursos para a aplicação das leis que garantem os direitos das populações vulneráveis. - Ampliar o acesso à justiça e à assistência para as pessoas em privação de liberdade. - Promover a educação em direitos humanos. - Criminalizar a homofobia. - Realizar caravanas em direitos humanos em todos os municípios.
4. Educação	1, 5, 6, 14, 19, 21	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir as metas do Plano Nacional de Educação.
5. Saúde	2, 19	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar a formação de pessoal para saúde em especial as especializações na medicina (residências). - Investir, regular e controlar recursos financeiros nos laboratórios públicos para desenvolvimento de medicamentos e outros insumos necessários à saúde pública e individual.



Alterações em Diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.	Promover a qualidade socialmente referenciada e ampliar o acesso à educação, considerando um conceito ampliado que inclua as especificidades do campo e da educação popular, enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.
2. Garantir à população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade do atendimento.	Garantir à população do campo e da cidade o acesso universal e integral com qualidade aos serviços de atenção básica e serviços especializados em saúde, com foco na integralidade do atendimento.
5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Fortalecer a cidadania, por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero, raça, etnia, geração, origem, pessoas com deficiência, identidade de gênero e orientação sexual e povos e comunidades tradicionais, e o enfrentamento às violências.
8. Promover o desenvolvimento rural sustentável.	Promover o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado na transição agroecológica, produção orgânica e extrativista para povos indígenas e comunidades tradicionais e agricultura familiar.
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis.	Promover e apoiar políticas para cidades inteligentes, humanas e sustentáveis, com o cumprimento das políticas existentes.
12. Fortalecer as micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.	Fortalecer as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais, as agroindústrias e empreendimentos coletivos dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
13. Estimular e promover investimentos para garantir segurança hídrica e aprimorar a gestão da água.	Estimular e promover investimentos para garantir a conservação dos biomas, segurança hídrica e aprimorar a gestão da água.
15. Investir na ampliação da oferta de energia e na produção de combustíveis.	Investir na ampliação da oferta de energia e na produção de combustíveis e biocombustíveis
19. Promover uma gestão pública democrática, transparente, com foco no atendimento de qualidade ao cidadão.	Promover uma gestão democrática, transparente, com controle social, com foco no atendimento de qualidade ao cidadão.

Nova diretriz

- Promover uma gestão democrática do SUS de forma democrática, com controle social, transparente, com foco no atendimento de qualidade ao cidadão.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

5. Grupos Temáticos

As 21 diretrizes foram agrupadas para compor 8 grupos temáticos como se segue:

Grupo 1 - Educação/Cultura/Esporte.

Grupo 2 - Saúde.

Grupo 3 - Desenvolvimento Rural.

Grupo 4 - Assistência Social e Alimentação/Emprego, Renda e Previdência.

Grupo 5 - Direitos Humanos e Cidadania/Segurança Pública.

Grupo 6 - Cidades Sustentáveis/Desenvolvimento Regional/Recursos Naturais/Recursos Hídricos.

Grupo 7 - Inclusão Digital e Acesso a informação/Gestão Pública/Defesa Nacional.

Grupo 8 - Desenvolvimento Produtivo/Comércio Exterior/Micro e Pequenas Empresas/Transporte/Energia.

A seguir registra-se o resultado dos trabalhos de cada um dos grupos temáticos com os desafios debatidos, as ações relacionadas, e as alterações nas propostas de diretrizes.

Grupo 1 - Educação/Cultura/Esporte

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.	Promover a qualidade <u>social</u> e ampliar o acesso à educação <u>pública, em todos os níveis e a educação formal e informal</u> enquanto instrumentos <u>essenciais</u> ao desenvolvimento do país, garantindo e ampliando as capacidades da população.
6. Promover o acesso a cultura e fomentar a produção cultural brasileira, valorizando a diversidade e fomentando a indústria criativa.	Promover o acesso à cultura e fomentar a produção cultural brasileira, valorizando a diversidade e fomentando a indústria criativa.

Nova diretriz

- Democratizar a comunicação e garantir o acesso à produção cultural diversa, potencializando a distribuição dos bens culturais para a população brasileira (Nova).

Desafios

Diretrizes	Desafios
Educação	- Implementar e Monitorar as metas do PNE que compreendem o período do PPA, como CAQI, CAQ, Lei de Responsabilidade Educacional, Sistema Nacional de Educação e cumprir as deliberações da CONAE 2014, assegurando o orçamento necessário. - Revisar os currículos para que remetam à contemporaneidade: da valorização dos



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

	<p>talentos, das novas tecnologias, da regulamentação das novas profissões, do ensino integral, da escola aberta, das diversidades de gênero, raça/etnia, orientação sexual, das pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, geracional, a laicidade da educação e de um ensino que prepare o mundo do trabalho e também para uma leitura crítica das grandes questões nacionais, incluindo o papel da mídia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir uma educação de qualidade social, promovendo o conhecimento e o respeito a todas as diversidades: raça/cor, etnia, gênero, geracional, sexualidade e orientação sexual, identidade de gênero, povos e comunidades tradicionais, ciganos, quilombolas, povos indígenas e jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, para construção de nova consciência de cidadania, democracia e desenvolvimento sustentável. - Inclusão da Educação Popular como parte integrante das políticas de Educação de forma a dialogar com as necessidades específicas de segmentos historicamente excluídos.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir Orçamento para implementar a Lei Cultura Viva como marco para o reconhecimento das políticas culturais que fortaleçam a diversidade brasileira e os Planos de Cultura dos Entes Federados. Que o Poder Executivo Federal se empenhe para a aprovação PEC 421. - Garantir a produção, fomento, circulação e difusão das culturas dos diversos grupos étnico-raciais, de povos e comunidades tradicionais e demais expressões autenticamente populares. - Democratizar a comunicação e garantir o acesso à produção cultural diversa, potencializando a distribuição dos bens culturais para a população brasileira. - Fortalecer a articulação entre educação, cultura e turismo assegurando a vivência de produções culturais no currículo escolar em todos os níveis.
Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a prática esportiva como estratégia de socialização, saúde, cuidado com o corpo e educação integral humana e inclusiva da pré-escola ao curso superior. - Garantir e financiar o esporte e o lazer como atividade social, para acesso da sociedade em geral, visando a qualidade de vida e o envelhecimento ativo e saudável.

Grupo 2 - Saúde

Desafios

- 1- Defesa do SUS
- 2- Controle Social
- 3- Ampliação do financiamento para a saúde

Propostas de ações

Desafios	Propostas de ações
Defesa do SUS	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o SUS como política pública de qualidade para todos. - Garantir a população o acesso com qualidade aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade do atendimento contemplando o acesso à água, a soberania e a segurança alimentar e nutricional.



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito a orientação sexual, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas, as pessoas com deficiência e o enfrentamento às violências. - Implementação e efetivação da política de atenção integral a saúde da mulher (PAISM) com foco na redução da mortalidade materna e perinatal, atendimento ao aborto previsto em lei, redução das cesareanas, prevenção e controle do câncer de mama e cérvico uterino com garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.
Controle Social	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismos efetivos de controle social e transparência para: <ul style="list-style-type: none"> • inibir desvios de recursos da saúde; • aumentar a eficácia da gestão dos recursos disponíveis; • melhorar a qualidade da saúde pública. - Fortalecimento do controle social por meio da produção de conhecimento e formação para os conselheiros (as). - Estimular a participação do cidadão.
Ampliação do financiamento para a saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acabar com as renúncias fiscais dos planos e serviços de saúde e reverter a arrecadação integralmente para ações de saúde. - Taxação das grandes fortunas e que os recursos recolhidos sejam revertidos integralmente para ações de saúde. - Investimentos de recursos financeiros em ciência e tecnologia para garantir a produção de medicamentos e outros insumos necessários ao atendimento integral da população.

Grupo 3 - Desenvolvimento Rural

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
8. Promover o desenvolvimento rural sustentável	Promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário, com foco na soberania e segurança alimentar e nutricional, no acesso à terra, território e água, na produção de base agroecológica, no setor pesqueiro, extrativista e na agricultura familiar, fortalecendo a integração dos espaços geográficos, dos atores sociais e das políticas públicas, considerando as especificidades dos modos de reprodução social dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais (Nova).

Desafios

- 1- Garantir políticas públicas de sucessão rural tendo como foco a permanência e o empoderamento da mulher e da juventude no campo.
- 2- Assegurar a regularização fundiária, a reforma agrária e a garantia de acesso aos territórios dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- 3- Gerar maior equilíbrio na atuação do Estado e das políticas públicas em favor do desenvolvimento rural sustentável e solidário e de base agroecológica.
- 4- Promover e fortalecer o extrativismo, a pesca artesanal e a aquicultura familiar.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

Propostas de ações

- 1- Implementar uma política de educação, adequando os currículos às realidades regionais e seu financiamento;
- 2- Assegurar e proteger o patrimônio histórico e cultural dos povos e os saberes tradicionais
- 3- Promoção do associativismo e cooperativismo com políticas de fomento adequadas aos empreendimentos econômicos e solidários;
- 4- Fortalecimento da agroecologia, produção sustentável e da biodiversidade e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- 5- Promover políticas de estruturação produtiva com acesso a crédito, assistência técnica, canais de escoamento e comercialização da produção e com o fortalecimento das políticas de compra pública (PNAE, PAA);
- 6- Garantir a reforma agrária, o acesso à terra e território dos povos e comunidades tradicionais, o reconhecimento, a demarcação, homologação das terras indígenas, a criação das UCs de uso sustentável e regularização fundiária, permitindo a democratização do acesso à terra, território e água;
- 7- Implantar o ordenamento territorial e ambiental;
- 8- Fortalecer a organização produtiva das mulheres trabalhadoras;
- 9- Garantir linhas de créditos específicos que atendam às diferenças regionais de biomas e promover a ampliação e desburocratização do acesso aos programas de crédito para as mulheres e a juventude;
- 10- Garantir ATER, com base agroecológica e pesqueira, que atendam às diversidade regional, de bioma e de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;
- 11- Garantir acesso à habitação e saneamento adequado à realidade local;
- 12- Garantir a continuidade e condições de implantação do 2º Planapo;
- 13- Elaborar e implantar uma política que garanta o domínio territorial necessário à pesca artesanal e aqüicultura, e a desburocratização do exercício da atividade.

Grupo 4 - Assistência Social e Alimentação/Desenvolvimento Regional/Recursos Naturais/Recursos Hídricos.

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.	Assegurar o acesso à assistência social com qualidade, garantindo a soberania e segurança alimentar e nutricional.
18. Apoiar a geração de emprego e renda, o fortalecimento do sistema público de emprego e renda e aprimorar a gestão do sistema previdenciário.	Fomentar a geração de emprego, trabalho e renda, o fortalecimento de um sistema público de valorização do trabalho emancipado, do emprego e renda, e a priorização da gestão do sistema previdenciário.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

Desafios

Diretrizes	Desafios
4	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do modelo de desenvolvimento do sistema alimentar, permitindo o acesso universal a uma alimentação adequada e saudável. - Co-financiamento para assegurar os serviços da assistência. - Fortalecimento do SUAS.
18	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o trabalho decente e assegurar o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associativo, na cooperação e na autogestão, assegurando o reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo programas de investimentos públicos para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do campo e da cidade, como por ex, o PRONAREP (programa nacional de investimento para empreendimentos de economia solidária da reciclagem popular). - Garantia do emprego digno, assegurando a manutenção de todos os direitos já existentes com equidade de gênero, de geração e de etnias, sem precarização e/ou redução de direitos. - Garantia de proteção pelo sistema previdenciário aos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive pessoas com deficiência, frente à expectativa de vida no que tange aos benefícios, aposentadorias e pensões, bem como o fortalecimento institucional e orçamentário do conselho de recursos da previdência social (CRPS) e a sua divulgação junto aos trabalhadores e trabalhadoras utilizando ações de transparência.

Propostas de ações

- 1- Fortalecimento do programa e plano de agroecologia e produção sustentável e biodiversidade;
- 2- Estruturar a rede de proteção sócio-assistencial e intergeracional;
- 3- Garantir e ampliar a oferta de serviços de assistência, assegurando os recursos orçamentários, em todos os municípios do Brasil: CREAS e CRAS / PSF;
- 4- Qualificar e capacitar os profissionais da assistência social, levando em consideração as perspectivas de gênero, raça/etnia e geracional;
- 5- Promover o diálogo intersetorial com conselhos e fóruns;
- 6- Garantir a acessibilidade e ampliar os equipamentos sociais e da segurança alimentar e nutricional;
- 7- Fortalecer e ampliar o atendimento socioeducativo no Brasil quanto às medidas em meio aberto: PSC e LA;
- 8- Garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável;
- 9- Fortalecimento da agricultura familiar (rural, urbana e periurbana) e suas formas organizativas e autogestionadas;
- 10- Ampliar os serviços de assistência à pessoa idosa construindo, equipando e mantendo os centros dias, centros de convivência e instituições de longa permanência para pessoas idosas (ILPIS);



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

- 11-Promover acesso a terra e território, garantindo a demarcação para os povos indígenas e a titularidade das terras para as comunidades tradicionais, e trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas;
- 12-Garantir a proteção do sistema previdenciário;
- 13-Garantir o efetivo preenchimento das vagas criadas pela política de quotas para pessoas com deficiência no serviço público (federal, estadual e municipal) e nas empresas privadas;
- 14-Fomentar a economia dos setores populares que respeite as dinâmicas econômicas de povos e comunidades tradicionais e das iniciativas econômicas, populares e solidárias;
- 15-Assegurar que a economia solidária se fortaleça como política pública de estado;
- 16-Promover e garantir programas de investimento sócio-produtivos, de economia solidária (PRONAREP), visando o fortalecimento e geração de renda dos empreendimentos;
- 17-Socializar o trabalho doméstico e de cuidados por meio de políticas públicas para combater a divisão sexual do trabalho;
- 18-Ampliar os direitos trabalhistas e da proteção social às trabalhadoras e trabalhadores organizados no amplo setor da economia solidária;
- 19-Ampliar programas como PRONAF e PRONATEC, de forma a alcançar execuções destes, pelas centrais sindicais que detêm ampla representação dos diversos setores e atividades de economia junto às entidades filiadas a esta;
- 20-Descentralizar o sistema público de emprego e renda, tal como a atuação do SINES, das esferas governamentais (federal, estadual e municipal), dando possibilidade às entidades sindicais de atuarem como parceiras neste sentido;
- 21-Recuperar o poder de compra dos benefícios previdenciários e estender a política de valorização do salário mínimo para os benefícios acima de 1 s.m.;
- 22-Promover a educação financeira para trabalhadores e aposentados.

Grupo 5 - Direitos Humanos e Cidadania/Segurança Pública

Desafios

Diretrizes	Desafios
Direitos Humanos e Cidadania	<ul style="list-style-type: none">- Implementar uma política de direitos humanos na perspectiva da superação das desigualdades sociais, raciais, orientação sexual e identidade de gênero, etnia, geracional, de povos e comunidades tradicionais, origem e pessoas com deficiência;- Combater as várias formas de violências nas instituições públicas.- Garantir o trabalho decente;- Democratização dos meios de comunicação baseado nos princípios dos direitos humanos;- Garantir a laicidade do Estado.
Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none">- Redução drástica dos homicídios no Brasil, na perspectiva dos direitos humanos, com ênfase para o enfrentamento do genocídio de jovens negros em situação de vulnerabilidade social e em condição de pobreza;- Reestruturação do sistema de segurança pública na perspectiva dos direitos humanos.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

Propostas de ações

Diretrizes	Ações
Direitos Humanos e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o acesso às políticas habitacionais e a soberania alimentar centradas na ideia da qualidade; - Implementar um programa de combate ao racismo institucional, dando especial atenção a eliminação da discriminação das mulheres negras, indígenas, ciganas e outras em condição de vulnerabilidade; - Promover campanhas para maior visibilidade e superação das várias formas de violência (racismo, machismo, sexismo, a população LGBT, aos povos e comunidades tradicionais e outros grupos vulneráveis); - Implementação do Programa de Educação em Direitos Humanos nos estados e municípios; - Oferecer oportunidade de trabalho digno com respeito às diferenças; - Redução dos acidentes de trabalho; - Erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo; - Erradicação do tráfico de pessoas; - Implementar a regulamentação da mídia; - Democratização do acesso aos negros nos próprios veículos de comunicação estatais e governamentais; - Rever as concessões e controle de programação das denominações religiosas que possuem concessões públicas de comunicação; - Democratização das verbas estatais de publicidade e comunicação nos meios de comunicação alternativo; - Regulamentação de comunidades terapêuticas.
Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Construir um plano nacional de redução dos homicídios, com ênfase nas populações vulneráveis (jovens negros, mulheres, LGBT e situação de rua); - Reestruturar o plano juventude viva, com metas, orçamento próprio e específico; - Implementar uma nova política de drogas como uma questão de saúde pública, na perspectiva de redução de danos, com ênfase na prevenção e não na repressão/criminalização; - Construir um plano de humanização, implementando uma nova matriz curricular de capacitação das polícias e treinamento diferenciado; - Desenvolver e implementar um Projeto Nacional de promoção da Cultura de Paz nas instituições de ensino; - Estimular parcerias e articulação das políticas públicas e da relação entre governo/sociedade; - Criar um órgão externo de monitoramento e fiscalização das polícias com participação da sociedade civil; - Conduzir (MJ) um debate junto aos secretários de segurança estaduais e a sociedade civil sobre as desmilitarização polícias.



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

Grupo 6 - Cidades Sustentáveis/Desenvolvimento Regional/Recursos Naturais/ Recursos Hídricos

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
1. Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.	Promover a qualidade e ampliar o acesso à educação formal e informal enquanto instrumento essencial ao desenvolvimento do país, garantindo a cidadania e ampliando as capacidades da população.
3. Fortalecer a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.	Reformular a segurança pública, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz. Redefinir o papel da segurança pública da política de drogas.
4. Assegurar o acesso com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.	Garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, assegurando o direito de acesso à terra e o território, a promoção da agroecologia, da agricultura familiar, da agricultura urbana e desenvolvimento sustentável solidário.
5. Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e o enfrentamento às violências.	Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, povos tradicionais de matriz africana e ciganos e comunidades tradicionais, e o enfrentamento à violência.
	Fortalecer a cidadania por meio da garantia de direitos, promovendo a igualdade de gênero e raça, os direitos geracionais, o respeito à orientação sexual, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e o enfrentamento às violências.
9. Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis.	Promover e apoiar políticas para cidades sustentáveis: reforma urbana (mobilidade, ocupação dos equipamentos, transporte, moradia, desenvolvimento local, gestão adequada de resíduos sólidos e estímulo às escolas sustentáveis).
13. Estimular e promover investimentos para garantir segurança hídrica e aprimorar a gestão da água.	Estimular e promover investimentos para garantir segurança hídrica e diversificar a gestão da água, de acordo com as especificidades das bacias, aquíferos e áreas úmidas.
17. Promover a conservação, e o uso sustentável dos recursos naturais e aumentar a capacidade de prevenção e resposta a desastres e às mudanças climáticas.	Investir em produção de conhecimentos científicos e tecnológicos dos recursos naturais e promover sua conservação e uso sustentável e aumentar a capacidade de prevenção e resposta a desastres e às mudanças climáticas.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

20. Investir na melhoria da logística de transportes, para aumento da competitividade e melhoria da qualidade de vida em todo o território.	Investir na melhoria da logística de transporte pública para aumento da eficiência e melhoria da qualidade de vida em todo o território.
21. Promover a inclusão digital e o acesso à informação.	Promover a inclusão digital, acesso e democratização da informação e democratização e transparência dos meios de informação.

Novas diretrizes:

- 1- Promover as condições para o desenvolvimento do turismo nacional.
- 2- Fortalecer o cooperativismo e o associativismo.
- 3- Garantir a gestão integrada das políticas ambientais estruturantes, dando ênfase à operacionalização de seus princípios e instrumentos, em especial as políticas: PNRH, PNRS, PLANSAB, PLANAPO, PNPCT, PNRSS e PNGATI.

Desafios

Diretrizes	Desafios
Cidades Sustentáveis/ Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralizar recursos para responsabilidades decorrentes do pacto federativo. - Enfrentar as desigualdades sociais de gênero, raciais, econômicas, intergeracionais e dos povos e comunidades tradicionais. - Reforma urbana a partir de um novo modelo de cidades. - Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade e regional como formas de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano. - Garantia de acesso à terra com promoção da propriedade social. - Enfrentamento do genocídio juvenil. - Promover o trabalho e o emprego decente
Recursos Naturais/ Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a implementação das políticas estruturantes de gestão dos recursos hídricos e naturais, e a água como alimento, com recursos para a operacionalização dos seus princípios, instrumentos e alcance das metas, em especial: PNRH, PNRS, Plansab, Planapo, PNPCT, PNRSS e PNGATI.

Propostas de ações

Diretrizes	Propostas de ações
Cidades Sustentáveis/ Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação efetiva do Estatuto das Cidades. - Gestão de resíduos sólidos adequada (PNRS). - Geração de energias renováveis, priorizando as matrizes eólica, solar e biogás. - Inclusão de programa temático de inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. - Priorizar a economia solidária enquanto modelo estratégico de desenvolvimento sustentável. - Promoção da agroecologia, agricultura urbana, desenvolvimento sustentável, solidário de populações discriminadas. - Buscar inovação e novas tecnologias para as cidades. - Definir indicadores de cidades sustentáveis e desenvolvimento regional. - Implementar e efetivar o SNDS - Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. - Promover a reforma agrária.



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

	<ul style="list-style-type: none"> - Fomento à inclusão produtiva que respeite as dinâmicas econômicas dos povos e comunidades tradicionais e das iniciativas populares e solidárias. - Implantar o sistema de coleta de dados para a análise de impacto socioeconômico do turismo, conforme metodologia da OMT (Organização Mundial do Turismo). - Implementar o II Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. - Garantir que todos os empreendimentos financiados pelo PMCMV obrigatoriamente utilizem critérios de uso sustentável da água, da energia e de materiais sustentáveis em sua construção. - Efetuar as deliberações das conferências e tornar todos os conselhos deliberativos. - Estabelecer uma política de organização autogestada de presos e egressos do sistema penal e usuários do SUS Mental, população de rua e vulnerabilidade social.
<p>Recursos Naturais/ Recursos Hídricos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir financiamento para implantação dos planos municipais de Mata Atlântica e dos outros biomas. - Criar e implantar programa temático de inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. - Promover o levantamento dos recursos hídricos de superfície, subterrâneos e das áreas úmidas. - Proteger as florestas inundáveis (Amazônia). - Investir em ciência e tecnologia para subsidiar a gestão e aproveitamento dos recursos hídricos. - Tornar efetiva a política de logística reversa. - Desonerar os setores de reciclagem. - Implantar de maneira efetiva a PNRS. - Prover recursos para os fundos de meio ambiente e de recursos hídricos. - Criar e implementar o plano nacional de apoio à produção sustentável dos povos e comunidades tradicionais com foco no manejo florestal comunitário na Amazônia e o sustentável artesanal dos recursos pesqueiros em âmbito nacional. - Implantar o pagamento por serviços ambientais e capacitar gestores públicos e beneficiários (clima, segurança alimentar, proteção de Áreas de Proteção Permanente - APPs, biodiversidade, entre outras políticas ambientais). - Investir em ciência e tecnologia para ampliar o estoque de conhecimentos sobre os recursos naturais para subsidiar a sua conservação e aproveitamento social e econômico. - Criar programa nacional de proteção e recuperação dos recursos hídricos. - Ampliar os recursos financeiros do programa “Produtor de água”, que integra agricultura, adequação ambiental e gestão dos recursos hídricos. - Considerar as ações previstas nos planos nacionais estruturantes na elaboração da dimensão operacional do PPA (Sisnama e Sinarh). - Adotar procedimentos para que a implementação de planos seja submetida a conselhos e colegiados locais. - Garantir recursos para o programa Saneamento Básico (abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas) e sua execução. - Garantir a execução dos recursos previstos no Plansab. - Revisar legislação florestal, garantindo a participação popular nas discussões.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

Grupo 7 - Inclusão Digital e Acesso à Informação/Gestão Pública/Defesa Nacional

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
16. Fortalecer a defesa nacional, garantindo a integridade territorial, e a defesa dos direitos humanos, da paz e da cooperação entre as nações.	Fortalecer a defesa nacional, garantindo a soberania tecnológica, a integridade territorial, e a defesa dos direitos humanos, da paz e da cooperação entre as nações.
21. Promover a inclusão digital e o acesso à informação.	Promover a efetivação do direito à comunicação, a inclusão digital e o acesso à informação.

Desafios

Diretrizes	Desafios
21	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a infraestrutura de Telecomunicações, radiodifusão, tv digital interativa e Tecnologia da Informação, para os 5.567 municípios. - Universalizar a Banda Larga para todo o território nacional, com oferta de plano básico correspondente a padrão satisfatório do serviço a ser ofertado por todos os provedores em observância a modicidade tarifária e com a garantia do princípio da neutralidade de rede previsto no MCI. - Fortalecer a mídia pública em particular o sistema público de comunicação, bem como os meios não comerciais de comunicação.
19	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de um sistema nacional de avaliação de programas e políticas públicas, observando o pacto federativo. - Fortalecer a participação social e aprofundar a democracia participativa, - Desburocratizar a máquina pública Integrando e qualificando as políticas públicas.
16	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento sustentável, por meio de políticas públicas específicas para os municípios na faixa de fronteira. - Assegurar que os sistemas e equipamentos de segurança não sejam comercializados com países envolvidos em áreas de conflitos. - Democratizar/popularizar a discussão de política externa brasileira, promovendo a imagem e a cultura do país. - Promover a defesa territorial e cultural na faixa de fronteira, fortalecendo um sistema integrado de comunicação que envolva a radiodifusão e a internet.

Propostas de ações

Diretrizes	Propostas de ações
21	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralizar as verbas publicitárias, estabelecendo critérios objetivos e transparentes que não se limitem ao critério técnico da audiência do veículo. - Criar fundo para desenvolvimento da radiodifusão pública. - Levar o sinal da radiodifusão pública para todo o território nacional. - Difusão e capacitação da cidadania para o acesso à informação. - Financiar os projetos locais para infraestrutura tecnológica voltada a projetos de “cidades inteligentes e humanas”.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o conhecimento da sociedade com conteúdos relevantes para universalizar o acesso da população à programação do sistema público de comunicação. - Assegurar o uso da TV Digital Interativa por meio implantação Brasil 4D com uso da tecnologia GINGA. - Estimular a consolidação da Lei de Acesso a Informação e garantir a acessibilidade dos dados que se encontram no Portal da Transparência.
19	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar as agências reguladoras bem como a regulação feita pelos ministérios - Fortalecer o programa de desburocratização da máquina pública. - Criar uma política de participação social. - Ampliar e consolidar a abordagem territorial para os 5.567 municípios do país, considerando como unidade de planejamento do Governo Federal. - Estimular a criação de consórcio público multifinalitários, articulados com os colegiados territoriais, por meio de capacitações aos gestores públicos. - Qualificação de prefeituras no planejamento, captação e execução de políticas públicas. - Implementar um sistema nacional de monitoramento e avaliação, independente e externo, que envolva todas as políticas e programas do governo federal. - Criação de um Web Painel de metas/indicadores do PPA/LDO/LOA (Siop Cidadão). - Implementar programa de aprimoramento legístico dos atos normativos no âmbito dos ministérios (promovendo a análise do impacto regulatório). - Expandir o PROREG de forma a atender as recomendações da OCDE e aprimorar a qualidade da regulação.
16	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma rede de rádios e tvs em defesa territorial e cultural da faixa de fronteira. - Fortalecer a aquisição de tecnologia nacional na área de defesa. - Propor a criação de um centro de estudos latino americano para a construção de estratégias de defesa e soberania. - Incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias nacionais não letais e sua produção através da indústria nacional. - Criar um programa de desenvolvimento sustentável para as áreas de fronteiras. - Estimular a inclusão do estudo sobre cidadania nas escolas públicas. - Priorizar o uso de software livres em todos os sistemas de informação pública de defesa. - Criar fóruns de diálogos sobre segurança nacional nos estados territórios municípios com foco nos direitos humanos.

Grupo 8 - Desenvolvimento Produtivo/Comércio Exterior/Micro e Pequenas Empresas/ Transporte/Energia

Alterações em diretrizes

Diretrizes	Alteração proposta
12. Fortalecer as micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.	Fortalecer as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais, os empreendimentos econômicos solidários e outras formas de organização produtiva.



FÓRUM DIALOGA BRASIL

— INTERCONSELHOS —

Desafios

Diretrizes	Desafios
11	1- Ampliação do estímulo ao investimento interno e externo. 2- Promover a articulação dos setores produtivos e o conhecimento das políticas de fortalecimento e incentivo a micro e pequena empresa, empreendimentos econômicos solidários e outras formas de organização produtiva.
10	3- Promoção do Desenvolvimento Produtivo em Bases Sustentáveis. 4- Transformar o Brasil em um dos maiores destino turístico do mundo, tratando a indústria do turismo como uma das estratégias prioritária para geração de emprego, trabalho e renda.
12	5- Aumentar a participação das Micro e Pequenas Empresas, dos empreendimentos econômicos solidários e outras formas de organização produtiva no PIB.
20	6- Desenvolver a logística no transporte.
15	7- Estimular a produção de energias alternativas. 8- Aperfeiçoar a regulação e estruturação do setor de energia para garantir o abastecimento nacional, inclusive com redução do custo de geração, transmissão e distribuição.

Propostas de ações

Desafios	Propostas de ações
1	- Implementação de políticas para atração de novos negócios e investimentos. - Definição de políticas nacionais de importação e exportação de produtos incorporando mecanismos de proteção da indústria nacional.
2	- Desenvolver uma política de visibilidade e valorização dos produtos nacionais, inclusive com a intensificação de agendas ministeriais voltadas à promoção da comercialização em mercados internos e externos. - Promover o acesso a mecanismos de proteção dos riscos cambiais e o acesso a crédito e incentivos fiscais às micro e pequena empresa, empreendimentos econômicos solidários e outras formas de organização produtiva.
3	- Estabelecer política de infraestrutura industrial (água, saneamento e energia). - Adequação da Legislação de acordo com a especificidade das empresas, dos empreendimentos econômicos solidários e das novas formas de produção com desafio da inclusão de incentivo fiscal. - Incorporação da economia solidária na pauta do desenvolvimento econômico contemplando novas tecnologias e questão ambiental. - Desenvolvimento de uma política de estímulo ao consumo interno.
4	- Desenvolver e implementar uma política de promoção do turismo doméstico e internacional, articulando ações no campo da sustentabilidade e valorização das especificidades territoriais e da diversidade cultural.
5	- Promover o acesso a crédito às Micro e Pequenas Empresas, aos empreendimentos econômicos solidários e às outras formas de organização produtiva. - Redução de impostos e aperfeiçoamento dos mecanismos tributários.



FÓRUM DIALOGA BRASIL — INTERCONSELHOS —

6	<ul style="list-style-type: none">- Estimular a produção de energias alternativas- Aperfeiçoar a regulação e estruturação do setor de energia para garantir o abastecimento nacional, inclusive com redução do custo de geração, transmissão e distribuição.
7	<ul style="list-style-type: none">- Estimular alternativas ao transporte rodoviário, desenvolvendo o sistema intermodal.
8	<ul style="list-style-type: none">- Incentivo fiscal para produção de energias alternativas, com resgate de projetos já iniciados e interrompidos.- Fomentar linhas de crédito para a produção de energias alternativas e inovações tecnológicas nesta área.